

HABITAÇÃO E SEGREGAÇÃO SÓCIOESPACIAL EM CIDADES PEQUENAS NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: O CASO DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRINHO-PB

Cauê Souto Vieira ¹
Lincoln da Silva Diniz ²
Aureliana Santos Gomes ³

RESUMO

O crescimento das cidades, sobretudo nos países subdesenvolvidos, traz consigo um conjunto de problemas, atenuados pela falta de ação do poder público competente. Esses problemas, que incluem a falta de saneamento básico e a carência de equipamentos públicos, ocorrem comumente nas chamadas ocupações irregulares, sendo perceptível também em cidades de menor porte, como Juazeirinho no semiárido paraibano, na qual, a partir de uma situação de ocupação de um antigo lixão por moradores carentes, foi formado o bairro do Salgado. Com base na literatura voltada para a problemática, visitamos o local e registramos os problemas enfrentados pela população daquela localidade, identificando a ausência de ações do poder público como o principal responsável pela insalubridade de moradias, restando aos próprios moradores, com seus escassos recursos, formas de mitigar a precária situação.

Palavras-chave: Segregação Socioespacial, Cidades Pequenas, Semiárido.

INTRODUÇÃO

O processo de urbanização ocorrido no Brasil, sobretudo, a partir da intensificação da industrialização na década de 1950, desencadeando as migrações do campo para as cidades (SANTOS, 2009), ao mesmo tempo em que gerou o crescimento das cidades, provocou também um aumento na segregação socioespacial nestas localidades. Tal configuração espacial de segregação, baseada nas relações entre o valor da terra e as classes sociais, se intensificou com o capitalismo, por ser um sistema predatório em que se privilegia apenas uma parcela da população (ARAÚJO, 2004). O capital, por sua vez, gera áreas de maior valor do que outras. Isso se reflete no acesso a moradias dignas para uns, enquanto que para muitos se destina condições de vida precária. Para uma parte da população que não detém recursos

1 Graduando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande- UFCG, cauesouto@hotmail.com;

2 Professor Doutor do Curso de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande- UFCG, lincoln.ufcg@gmail.com;

3 Graduando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, aurelianagomes7@gmail.com;

para se instalar, mesmo em áreas mais afastadas, cabe a estas a prática da “invasão” de áreas não ocupadas (NASCIMENTO, 2011), como relatado por Joaquim Falcão *apud* Werneck

(2011) em estudo sobre invasões urbanas ocorridos em Recife nos anos 1980, no qual relata que as invasões são “[...] um direito de moradia que se sobrepõe a um direito de propriedade especulativa. Não invadiram, em nenhum momento, terreno produtivo. Só invadiram terrenos mantidos para depósito de valorização e congêneres”.

O principal agente responsável por esses espaços é o poder público, cabendo a este as ações que possam efetivamente transformá-lo de forma sustentável ou não (GONÇALVES, 2012). Utilizando-se para esse propósito desde 2001, o *Estatuto da Cidade*⁴, uma lei que instituiu uma série de diretrizes para tornar possíveis essas transformações, bem como a *Política Nacional de Habitação*⁵, que visa à diminuição do déficit habitacional, através da promoção dos programas habitacionais em regiões urbanas, especialmente, para atender demandas comuns nos grandes centros urbanos em constante crescimento populacional.

É nesse contexto que se inserem as ocupações irregulares em diferentes espaços urbanos. Nos grandes centros urbanos brasileiros são comuns à presença de inúmeras favelas, ocupações irregulares, construções em áreas de risco sócio-ambiental, palafitas, entre outras formas espaciais de ocupações humanas em regiões “subdesenvolvidas”. Constata-se ainda na atualidade o crescimento destas espacialidades sociais em pequenas localidades urbanas interioranas localizadas em diferentes regiões geográficas, como a região do semiárido brasileiro.

No interior do Estado da Paraíba, unidade federativa da Região Nordeste do Brasil, há 223 municípios, sendo que a maior parte destes localiza-se na região semiárida deste Estado. Em sua maioria trata-se de pequenas localidades urbanas. Constitui-se ainda em cidades pequenas com fortes vínculos com o campo.

O município de Juazeirinho, localizado na extensão semiárida paraibana, inserido na Região Geográfica Imediata de Campina Grande⁶, conforme Figura 1, constitui uma dessas localidades que apresentam esta problemática social e habitacional cada vez comum nos centros urbanos menores. Com uma população estimada em aproximadamente 18 mil

4 Lei de 2001 que estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental (BRASIL, 2001)

5 Política instituída em 2004 pelo Ministério das Cidades e que têm como principal meta garantir à população, especialmente a de baixa renda, o acesso à habitação digna, através de programas sociais mais acessíveis. (BRASIL, 2004)

6 A Região Geográfica Imediata de Campina Grande trata-se de uma nova classificação regional do Brasil elaborada pelo IBGE, em vigor desde 2017.

habitantes, ocupando uma área municipal de 467, 526 km² (IBGE, 2018), este município apresenta inúmeras problemáticas sociais, como exclusão social, desemprego, ausência de saneamento, creches, postos de saúde, etc. Tal carência afeta populações locais tanto do campo como na cidade.

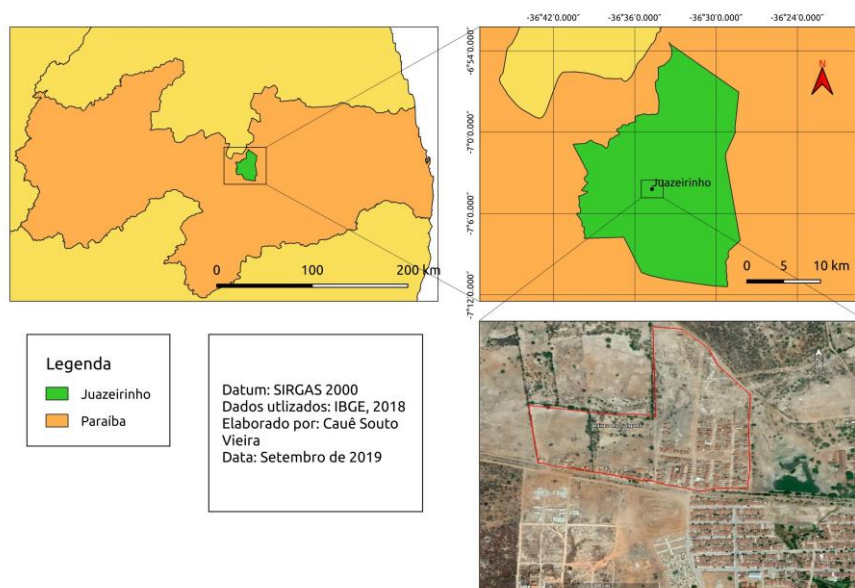


Figura 1: Localização do Município de Juazeirinho no Estado da Paraíba e a área objeto da pesquisa o bairro do Salgado. Fonte: Vieira, 2018.

Na parte urbana deste município, são perceptíveis a partir da leitura da paisagem, situações críticas, como por exemplo, a existência de habitações insalubres, esgostos a “céu aberto”, crianças nas ruas sem assistência adequada de saúde, escolas públicas deterioradas, ausência de praças e demais espaços de lazer e socialidade, ruas sem calçamentos, entre outras problemáticas sócioespaciais evidentes.

A cidade de Juazeirinho, portanto, reproduz em outras escalas a problemática segregacional de populações desfavorecidas economicamente pelo modo de produção capitalista. Há existência de áreas socialmente pobres e periféricas, que são identificadas no entorno deste espaço. O Bairro do Salgado constitui um destes espaços, sendo que neste há uma incidência mais intensa de problemas sociais urbanos. Neste bairro, a falta de investimentos públicos, as condições de vida difíceis, entre outros problemas são dominantes e alertam para o descaso e a desumanidade dos poderes públicos com os moradores deste espaço.

METODOLOGIA

A partir da problemática abordada na introdução, o presente trabalho tem como base o levantamento bibliográfico de referências, especialmente na área da Geografia Urbana e Regional, que abordam questões voltadas para a urbanização e seus impactos, como a segregação socioespacial e a carência de infraestruturas essenciais, buscando relacionar os conceitos apresentados pelos autores com as questões observadas *in loco* na ocupação do bairro mencionado. Constitui ainda um estudo de caso em fase inicial, que se propõe a elaborar mapas georreferenciado da área selecionada, com o uso do recurso informacional do programa *Qgis 3.8*.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ocupação do referido bairro teve início após a mudança e limpeza do local onde se encontrava o antigo lixão do município, quando, a partir da necessidade de se edificar moradias, um grupo de moradores ocuparam o local e, após um período de mediação com o poder público, conseguiram a posse dos referidos espaços. Apesar da garantia da posse, a ação do poder público se restringiu a isto, faltando assim investimentos em infraestrutura e em serviços de atendimento a população. Com essa posse, o espaço foi dividido em lotes, o que se configurava, em 2017, segundo dados da vigilância em saúde ambiental do município, em 172 casas e estabelecimentos, distribuídos em 14 quarteirões, havendo outras 118 edificações em processo de construção.

O local, por ter abrigado o lixão municipal até o ano de 2009 (Figura 2 A, B e C), possui problemas inerentes à prática da disposição incorreta de resíduos, sobretudo pela prática de enterrá-los, o que pode ocasionar na contaminação dos solos com metais pesados oriundos de equipamentos eletrônicos (MOI *et. al.*, 2012), bem como pneus, os quais liberam o óleo pirolítico ao ser inflamado, ocasionando em sérios riscos para a saúde do homem e do meio ambiente local (ALVES, *et. al.*, 2015).



Figura 2 A): Vista parcial do antigo lixão, onde atualmente se situa o Bairro do Salgado. Fonte: Dias, 2008



Figura 2 B e C: Valas onde o lixo era depositado e aterrado;

Apesar da ocupação do bairro datar de meados do ano 2010, até o presente momento não houve a implementação completa do saneamento básico, o que compreende o abastecimento de água, o sistema de drenagem, o sistema de esgotamento e a coleta de resíduos, sendo essa a única ação promovida pelo poder público. Dentre os problemas relacionados à falta de saneamento está a disseminação de doenças pelo contato com o esgoto ou mesmo através da proliferação de vetores, a formação de áreas de empocamento e erosões pela falta de drenagem (RIBEIRO, 2010), restringindo como ação dos moradores a construção de fossas sépticas para resolver parcialmente o problema. Quanto à questão do abastecimento hídrico com água potável através de tubulações, inexistente. Os moradores deste espaço utilizam os seus próprios e escassos recursos financeiros para aquisição de água em carros pipas, carroças puxadas por animais ou pessoas, algumas cisternas construídas no local. Tal situação hídrica

agrava intensamente a situação social e ambiental destas populações que habitam uma das regiões mais secas do semiárido paraibano.

A falta de saneamento também ocasiona problemas de locomoção e acesso ao bairro, visto que não há calçamento e drenagem das vias, resultando em alagamentos durante os períodos de chuva (Figura 3) e contribuindo conseqüentemente para a cheia de uma barragem localizada nas suas proximidades (Figura 4), dado que a declividade de parte do bairro frente a esse corpo hídrico favorece esse processo, gerando na obstrução de um dos acessos do local, acarretando prejuízos.



Figura 3: Trechos de ruas inundadas no Bairro Salgado. Fonte: Acervo pessoal da Vigilância Ambiental do Município de Juazeirinho, 2018.



Figura 4: Posição do Bairro Salgado em relação à barragem. Fonte: Adaptada de Google, 2019.

Outro aspecto que caracteriza o bairro é o processo de autoconstrução, no qual são os próprios moradores que gerenciam as obras com recursos próprios, utilizando-se eventualmente de trabalho de vizinhos e familiares. São construções típicas de ocupações denominadas como irregulares (SÁ, 2009). Devido a esse processo, é possível perceber que há obras em diferentes etapas da construção, havendo desde casas concluídas, até as que permanecem na fase de fundações (figura 5) desde os primeiros anos da ocupação, não ocorrendo, por parte dos órgãos competentes, fiscalizações sobre as condições adequadas de construção.

Considerando a complexa situação habitacional e organizacional destas populações localizadas neste bairro, urge ações do poder público neste espaço, carente de serviços essenciais para o desenvolvimento social adequado para estes moradores, conferindo real cidadania.



Figura 5: Vista panorâmica das construções do bairro do Salgado. Fonte: Gomes (2018)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A organização dos espaços urbanos é, certamente, um dos principais desafios que se projetam com o crescimento populacional, sobretudo, com o crescimento da população das cidades de diferentes portes em regiões menos desenvolvidas. Nesse sentido, se faz necessário uma maior ação do poder público, visto que esse detém os meios que possibilitam garantir não apenas o acesso a um lote de terra, mas concomitantemente aos demais direitos que acompanham a moradia digna. O processo de ocupação que resultou no Bairro do Salgado é, semelhante a outros no país, um retrato da ausência da participação dos entes competentes em

se realizar políticas habitacionais eficazes, se esquivando do problema real com a liberação unicamente da posse, restando os demais ônus do processo à própria população.

O Bairro do Salgado no Município de Juazeirinho, semiárido paraibano, sinaliza ainda para uma realidade sócioespacial que tem se tornado crescente neste meio geográfico nos últimos anos, especialmente, em cidades pequenas com escassos recursos econômicos e desinteresses das gestões políticas locais, limitando, portanto, o acesso pleno à cidadania para estas populações.

REFERÊNCIAS

ALVES, V.E.S et al. Impacto ambiental provocado pela destinação incorreta de pneus. ENIAC Pesquisa, Guarulhos SP, v. 4, n. 2, jul.-dez. 2015

ARAÚJO, Marivânia Conceição de. Construção do espaço urbano e representação social: um estudo de caso em Maringá, Tese de Doutorado, UNESP, Araraquara, 2004.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001: regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em : Set. 2019.

_____. Ministério das Cidades. Política Nacional de Habitação. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/4PoliticaNacionalHab itacao.pdf>. Acesso em: Set. 2019.

DIAS, Maria de Fátima Guedes. TRANSFERÊNCIA DO DESTINO DO LIXO NA CIDADE DE Juazeirinho - PB: Uma análise dos impactos ambientais. 2008. 51 folhas. Trabalho de conclusão de curso (monografia), licenciatura em geografia. Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande. 2008.

GONÇALVES, N. M. et al. A organização e a ocupação do espaço urbano nas cidades do século XXI: impactos das políticas públicas do Brasil dos anos 90 no direito de ir e vir no ambiente local. Amicus Curiae v.9, n.9, 2012

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisões Regionais do Brasil:** Regiões Geográficas da Paraíba. 2017. Disponível em: [ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/divisao_regional/divisao_regional_do_brasil/divisao_regional_do_brasil_em_regioes_geograficas_2017/mapas/25_regioes_geograficas_p araiiba.pdf](ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/divisao_regional/divisao_regional_do_brasil/divisao_regional_do_brasil_em_regioes_geograficas_2017/mapas/25_regioes_geograficas_p_araiiba.pdf). Acesso em: set. 2019.

_____. **Cidades:** Juazeirinho, 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/juazeirinho/panorama>. Acesso em Set. 2019.

MOI, P.C.P et al. Lixo eletrônico: consequências e possíveis soluções. **Connection line**. n.7, p. 37-45. 2012.

NASCIMENTO, Ederson. MATIAS, Lindon Fonseca. Expansão URBANA E DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL: UMA ANÁLISE DA CIDADE DE Ponta Grossa (PR). RA E GA n. 23 p. 65-97. 2011.

RIBEIRO, Júlia Werneck, ROOKE, Juliana Maria Scoralick. Saneamento básico e sua relação com o meio ambiente e a saúde pública. 36 folhas. Trabalho de conclusão de curso (especialização) em Análise ambiental. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. 2010.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos**. Teórico e metodológico da geografia. Hucitec. São Paulo, 1988.

SÁ, Werther Lima Ferraz de. Autoconstrução na cidade informal: Relações com a Política Habitacional e Formas de Financiamento. 176 f. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009

WERNECK, Augusto. **Função social da cidade. Plano diretor e favelas. A regulação setorial nas comunidades populares e a gestão democrática das cidades**. In: BONIZZATO, Luigi; COUTINHO, Ronaldo. Direito da cidade: novas concepções sobre as relações jurídicas no espaço social urbano. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.